

A INTERAÇÃO PROFESSOR E ALUNO UNIVERSITÁRIO: PERCEPÇÃO SOCIAL E MAL ESTAR RELACIONAL

Denise Silva Araújo – FE/UFG e PUC Goiás

Domênico Uhng Hur – FE/UFG

Eduardo Santos – FEF/UFG

Fernando Lacerda Júnior – FE/UFG

Francis Lopes – ICB/UFG

Helvécio Goulart Malta de Sá – PUC Goiás/ bolsista da FAPEG

Lucinéia Scremin Martins – FCS/UFG

Mário Hebling Campos- FEF/UFG

Tadeu João Baptista Ribeiro – FEF/UFG

Resumo: *este artigo apresenta uma pesquisa pesquisa-piloto, realizada no ano de 2013 com professores e estudantes de graduação da Universidade Federal de Goiás, campi Goiânia, com o objetivo de apreender a percepção que os professores e alunos do ensino superior tem um do outro, para refletir acerca da relação entre estes sujeitos. Esta pesquisa tinha o intuito de refletir sobre essa interação para diagnosticar como se dá a percepção social de um grupo sobre o outro. A pesquisa partiu do seguinte problema: quais as percepções que os alunos e professores têm uns dos outros e como estas percepções podem contribuir para a existência de tensões nas interações que se estabelecem entre eles no processo de ensino-aprendizagem? Levantou-se a hipótese de que os alunos imaginavam que os professores os percebiam de forma mais negativa do que realmente o faziam e que professores imaginavam que os alunos os viam de forma mais negativa do que de fato acontecia. Acreditava-se que, se cada um dos subgrupos imaginava ser percebido de forma mais negativa pelo outro, tal imaginário poderia aumentar o distanciamento e o mal estar entre professores e alunos. Essas percepções negativas que alunos e professores têm uns dos outros podem criar tensões desgastantes nas relações de formação universitária. Assim, o trabalho buscou conhecer as percepções de alunos e de professores, a partir de um questionário, respondido por docentes e discentes da UFG. Os dados desta pesquisa indicaram que o professor tem uma imagem muito negativa dos discentes e apontaram a necessidade de os docentes universitários encontrarem novas formas de se relacionar com o saber e com os seus alunos, tendo em vista a demanda de constituição de novas cognições culturais na relação entre professores e alunos.*

Palavras-chave: *relação professor aluno; ensino superior; percepção social; formação docente*

Introdução

O tema da interação social é uma importante questão para as Ciências Humanas desde os primórdios do século XX. É uma problemática que foi trabalhada a partir de diferentes referenciais teóricos, como por exemplo, os estudos sobre a massa do fundador da psicanálise Sigmund Freud (1921), os estudos da década de 1920 de Floyd Allport (FARR, 2000), que abordavam as questões do comportamento eleitoral e de grupos a partir da teoria behaviorista, até autores como Solomon Asch (1952/1977) e Kurt Lewin que passaram a estudar a interação social como um todo, uma estrutura, a partir da Psicologia da Gestalt, que posteriormente referenciou a Psicologia Social cognitiva.

Dentro da problemática da interação social, deparamo-nos com um tema bastante relevante no campo da Educação: a questão da interação professor-aluno. Sabe-se que o encontro professor-aluno não é algo somente preenchido por harmonia, paz, amizade e cooperação, muito pelo contrário, a cada dia que passa, marca-se por uma relação envolta de tensão, conflitos e desinteresse, em que ambas as partes, ao mesmo tempo em que têm que efetivar o processo de aprendizagem, sentem-se desmotivados, às vezes, desimplicados com o processo de formação.

É importante refletir sobre o perigo de que este mal estar na relação professor-aluno converta-se numa relação de burocratização do ensino-aprendizagem, em que a ação pedagógica do professor se restrinja a apresentar mecanicamente o conteúdo programático e a do estudante a tirar a nota mínima para obter a aprovação e “livrar-se” da disciplina cursada, comprovando o ditado “O professor finge que ensina e o aluno finge que aprende”.

Com a possibilidade do fracasso na formação, as aulas podem se tornar aversivas tanto ao professor, como ao aluno, gerando assim indisciplina, evasão e até psicossomatizações podem se expressar no adoecimento tanto do professor como do aluno.

Consideramos que o mal estar do encontro professor-aluno pode estar intensificado por uma percepção negativa que um subgrupo tem do outro, o que pode prejudicar o processo de formação. Então levantamos o seguinte problema: quais as percepções que os alunos e professores têm uns dos outros e como estas percepções podem contribuir para a existência de tensões nas interações que se estabelecem entre eles no processo de ensino-aprendizagem?

Levantamos a hipótese de que os alunos imaginam que os professores os percebem de forma mais negativa do que realmente o fazem e que professores imaginam que os alunos os percebem de forma mais negativa do que de fato acontece. Portanto, se cada um dos subgrupos imagina ser percebido de forma mais negativa pelo outro, tal imaginário pode aumentar o distanciamento e o mal estar entre professores e alunos. Essas percepções negativas que alunos e professores têm uns dos outros podem criar tensões desgastantes nas relações de formação universitária. Assim, o trabalho busca conhecer as percepções de alunos e de professores com a finalidade de problematizar processos de ensino-aprendizagem, no ensino superior, da atualidade.

Dessa forma, o objetivo geral de nossa pesquisa é apreender a percepção social que estudantes e docentes tem uns dos outros para discutir as tensões na interação professor-aluno no processo de formação universitária.

Para subsidiar esta análise, inicialmente discutimos o conceito de percepção social. Em seguida levantamos algumas questões referentes à formação do professor universitário e à relação entre professor e aluno, neste ambiente de aprendizagem, para finalmente, a partir destas reflexões, analisarmos os resultados da pesquisa empírica.

Percepção social e atitudes sociais

Neste tópico, discutiremos brevemente o conceito de percepção social e o de atitudes sociais. Historicamente, as análises sobre percepção social, atitudes e cognição social surgiram em estudos psicossociais que buscavam compreender as manifestações comportamentais influenciadas pela relação com outras pessoas. Esses estudos foram especialmente importantes em tradições cognitivistas da psicologia social (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; FARR, 2000; RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKI, 2008).

Tanto os conceitos de percepção social, cognição social e atitudes sociais apresentam convergências. O conceito de percepção social refere-se ao “[...] estudo da maneira como as pessoas formam impressões e fazem inferências sobre as outras. Constantemente, formamos essas impressões, porque fazer isso ajuda-nos a compreender e prognosticar seus mundos sociais” (ARONSON et. al., 2002, p.85).

Neste sentido, a relação de uma pessoa com a outra é produto da percepção social, isto é, de um processo cognitivo que media a forma de se perceber o outro. Por isso, cabe estudar como as pessoas organizam as informações em cognições que dão

inteligibilidade e que organizam as informações produzidas pelos contatos do sujeito com o mundo (KRÜGER, 1986; RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKI, 2008).

A partir dessa definição, fica claro que buscamos investigar as maneiras como o professor e o aluno formam impressões uns sobre os outros. Entretanto, tal conceito de percepção social, do ponto de vista teórico, está diretamente relacionado ao de cognição social, que:

[...] é o estudo da maneira como o indivíduo seleciona, interpreta e usa a informação para formar juízos e tomar decisões. Para compreender o mundo social, as pessoas elaboram várias estratégias e regras. Esquemas são estruturas cognitivas que organizam informações em torno de temas ou assuntos. Os esquemas exercem um efeito profundo sobre as informações que percebemos, nas quais pensamos e das quais nos lembramos (ARONSON et al., 2002, p.59).

Nesta concepção, parte-se do princípio que, na relação do indivíduo com o mundo, há um processo de simplificação, ordenação e classificação de toda e qualquer informação sensorial proveniente da realidade. Tal processo é possibilitado pela formulação de categorias que podem ser: categorias básicas – que classificam os objetos existentes no mundo perceptivo do indivíduo; categorias supra-ordenadas – que são mais abstratas e servem para ordenar conjuntos de categorias básicas; categorias subordinadas – que são mais concretas e possibilitam percepções mais detalhadas de cada categoria básica (ÁLVARO; GARRIDO, 2006). Por isso, quando falamos em percepção social, compreendemos que ocorre também um processo cognitivo, em que percepção social e cognição social são indissociáveis, pois há uma “[...] interferência de uma série de processos psicológicos cognitivos antes da tomada de consciência do estímulo” (RODRIGUES, 1988, p.203).

A percepção social de um subgrupo irá produzir, então, valores e atitudes sobre o outro. Nos primórdios da Psicologia Social, já era estabelecida uma correlação entre valoração e atitudes dirigidas ao outro. Citamos trecho da obra fundante, “*The polish peasant in Europe and America*” de Thomas e Znaniecki (1918), acerca do conceito de atitudes: “Os valores, por meio das regras do grupo, guiam a ação dos indivíduos, mas são as atitudes que explicariam o processo de [...] consciência individual que determina a atividade possível ou real do indivíduo no mundo social” (citado por ÁLVARO; GARRIDO, 2006, p.79).

Pode-se afirmar que o conceito de atitudes é uma ampliação do conceito de percepção social, pois implica numa ação, num comportamento dirigido ao outro, algo

que não investigamos diretamente no presente trabalho, mas que é importante citar. A atitude envolve não apenas características cognitivas e afetivas, como também a variável comportamental, ou seja, como o sujeito comporta-se e qual é a conduta dele diante do outro. Assim, ao se falar de atitude, pretende-se descrever a disposição ou tendência de um indivíduo a dar algum tipo de resposta a certos objetos, ideias, pessoas ou situações (KRÜGER, 1986; RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKY, 2008).

A atitude social pode ser definida como “uma organização duradoura de crenças e cognições em geral, dotada de carga afetiva pró ou contra um objeto social definido, que predispõe a uma ação coerente com as cognições e afetos relativos a esse objeto” (RODRIGUES, 1988, p. 345).

As atitudes não são inatas, mas formadas por meio do processo de socialização do sujeito, ou seja, são mediadas através das percepções e cognições sociais acumuladas historicamente, seja pelo professor, ou pelo aluno, no seu processo de institucionalização educativa. “Atitudes se formam para exercer determinadas funções, governadas por um princípio geral de consistência cognitiva e (também) através de reforço” (RODRIGUES, 1988, p.372).

No entanto, alguns teóricos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; AMÂNCIO, 2004; DESCHAMPS; MOLINER, 2009; SLOAN, 2002) apontaram diversas críticas à forma como a psicologia tradicionalmente conceituou as noções de percepção, cognição e atitude social que devem ser aqui destacadas para não se incorrer em reducionismos individualistas.

Em primeiro lugar, critica-se a redução do processo de categorização a um processo que teria como função apenas organizar e simplificar a realidade social percebida. Ainda que esta dimensão seja central em toda cognição social, pode-se afirmar que as categorias, além de ordenar e simplificar informações, cumprem outras funções: preservam sistemas de valores vigentes; justificam relações e disputas de poder intergrupais; possibilitam a construção de diferenciações e identificações grupais (ÁLVARO; GARRIDO, 2006; AMÂNCIO, 2004; DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Neste sentido, há uma clara associação entre categorização, ideologia e poder. As categorias são produtos culturais que não apenas simplificam, ordenam e dão sentido às informações sociais que são percebidas, mas são também produtos culturais que justificam e legitimam certas posições sociais, são instrumentos cognitivos e ideológicos que permeiam as relações intergrupais.

Assim, autores como Sloan (2002) propõem a substituição dos conceitos “percepção social” e “cognição social” pelo conceito “cognição cultural”. Esta abarca um conjunto de “momentos compartilhados de compreensão (esquemas, marcos interpretativos) e possibilidades de ação relacionadas [...] que emergem como tentativas das pessoas darem sentido às suas experiências e levarem adiante seus projetos” (SLOAN, 2002, p. 27). Neste sentido, a cognição cultural é algo que surge, é reproduzido e renovado em “[...] relações sociais que constituem um grupo social particular” (p. 28).

Toda produção e reprodução de cognições culturais relacionam-se com a existência de repertórios interpretativos que são adotados ou experimentados de acordo com percepções, sensações, sentimentos e valores que emergem em diferentes momentos e que cumprem a função de dar significado à experiência da pessoa. Ou seja, o juízo criado pelo aluno sobre o professor não é resultante de uma percepção direta de determinado docente num *aqui e agora*, mas também é formado por um repertório interpretativo acumulado historicamente das relações de satisfação e frustração que este aluno teve com a categoria professor e vice-versa. Então entendemos que percepção social e cognição social influenciam-se mutuamente constituindo valores e juízos sobre o outro e o mundo.

A interação entre professor e aluno: implicações para o processo ensino-aprendizagem no nível superior

Dentro do universo do ensino superior, não podemos ignorar a importância da interação entre professores e alunos e as relações decorrentes deste convívio. Como somos seres sociais, necessitamos da interação com as outras pessoas para nos constituirmos como sujeitos. De acordo com Leontiev (1988), a consciência se constrói nas relações que estabelecemos e nas atividades que desenvolvemos.

Nesse sentido, compreendemos que a sala de aula, para além de ser o *lócus* da construção e da transmissão de conteúdos teóricos, consiste, também, em um espaço de transformação de valores e de atitudes. Abreu e Masetto (1990) descrevem a situação de ensino em sala de aula como:

[...] um encontro, repetido durante espaços de tempo predeterminados (de 50 minutos a 4 ou 5 horas), com a frequência (geralmente semanal), igualmente predeterminada e durante um período relativamente longo (semestre ou ano letivo); nesse encontro, seres vivos, seres humanos, confinados dentro dos

limites da classe, se defrontam, se comunicam, se influenciam mutuamente (p. 113).

Os autores lembram que o objetivo central da realização deste encontro é a aprendizagem do aluno e que o critério da eficiência docente, portanto, deve ser a própria eficiência da aprendizagem discente. Para tanto, o professor utiliza-se de diversos meios, como os recursos e estratégias de aprendizagem, os instrumentos de avaliação e o clima socioemocional estabelecido na sala de aula, por meio da relação professor-aluno.

A relação professor-aluno tem se constituído, ao mesmo tempo, em geradora de tensões, como também, de recompensas e gratificações. Quando essa relação não acontece de maneira positiva, a tranquilidade do docente, no ensino, é abalada, assim como a aprendizagem discente.

Nesta perspectiva, as relações estabelecidas entre professores e alunos devem ser consideradas como um componente fundamental do processo pedagógico. Freire (2011), ao propor uma educação para a autonomia, pondera a importância do aspecto afetivo na atividade docente:

Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos [...] A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade (1996, p.159-160).

Lima e Câmara (2009), ao defender uma postura dialógica no ensino superior, que contribua para “apagar a fogueira das vaidades”, denunciam que muitos docentes imbricados pelo racionalismo científico, se esquecem de que estão inseridos em um ambiente sócio-afetivo, no qual os sujeitos que deles fazem parte possuem sentimentos, emoções, desejos e sonhos. Para os pesquisadores, a consequência direta de tal esquecimento é a verticalização das relações pedagógicas, em uma hierarquia que alimenta a arrogância acadêmica, aprofundando, no interior de nossas escolas e universidades, o abismo entre alguns docentes (que se percebem como os senhores da verdade) e os alunos (vistos como os depósitos dessas verdades). Deste modo, a educação assume um tom impositivo, antidialógico, estático e mecânico, o que enclausura “[...] as infindáveis possibilidades da ação humana diante do desafio de entender a Si, o Outro e o Mundo” (LIMA; CÂMARA, 2009, p. 2).

Os citados pesquisadores orientam-se pela pedagogia dialógica de Paulo Freire, que procura colocar em movimento a humanização das relações sociais no processo educativo, com o objetivo de ampliar a visão de mundo dos sujeitos envolvidos no processo de construção coletiva do conhecimento, por meio da problematização das experiências concretas destes sujeitos. A partir desta postura político-pedagógica, os pesquisadores apontam que, para existir uma prática educativa transformadora, é necessária a construção de uma relação horizontal de intercomunicações e respeito, que permitam a instauração do diálogo e a superação da assimetria entre docentes e discentes.

Novaski (1986) também compreende o espaço da aula como um “encontro de gente com gente”. O filósofo alerta, porém, que é necessário proteger esta ideia contra reducionismos:

É perigoso reduzir as situações de vida a uma coisa só, pois isso nos acua a posições insustentáveis. Reduzir a sala de aula a um espaço e um tempo em que a aprendizagem do humano afloraria de modo límpido e sereno é adotar uma posição com laivos de quixotesca. Insustentável, portanto. Todas as vicissitudes humanas perpassam de ponta a ponta este espaço que podem ser traduzidas em conflitos, alegrias, expectativas mal ou nunca satisfeitas, recalques, exibicionismos, esperanças, avanços e retrocesso. Enfim, tudo o que é humano (p. 08)

A díade professor-aluno é complexa e dinâmica. No ensino superior, como em qualquer etapa da educação básica, esta relação se constrói, no cotidiano, e está permeada por normas, convenções, conceitos e pré-conceitos. Para compreendê-la, é preciso situá-la no contexto em que se efetiva, que é marcado por opções pedagógicas realizadas pela instituição e pelos sujeitos que nela atuam; os objetivos dos professores, dos alunos, da disciplina, do curso; os critérios e instrumentos de avaliação; os espaços e tempos de interação, até mesmo, o ambiente físico da instituição e a cultura organizacional. Todos estes são aspectos extremamente relacionados à gestão educacional e à legislação vigente no país e interferem no tipo de interação que se constrói entre professores e alunos.

De acordo com Abreu e Masetto (1990), em que pesem os limites de um programa de ensino, um determinado conteúdo programático, os limites do tempo preestabelecido e as normas diversas da instituição, a interação entre professor e aluno constitui-se no cerne do processo educativo. Para eles, “[...] conforme o rumo que tome o desenvolvimento desta interação, a aprendizagem do aluno pode ser mais ou menos facilitada, orientada para uma ou outra direção” (p. 113).

É importante destacar que a maneira de agir e de se relacionar adotada pelo docente, em sala de aula, está alicerçada em uma determinada concepção de seu papel como professor. Esta concepção reflete, por sua vez, sua maneira de compreender o mundo, a sociedade, o homem e a educação. Neste sentido, Santos e Soares (2011) questionam o fato de que vários trabalhos que analisam as relações entre professor e alunos criticam a hierarquia e o autoritarismo destas relações, sem, entretanto, investigar as concepções de saber que as orientam:

[...] poucos estudos investigam a repercussão na relação professor-estudante do ensino transmissivo, que dissocia teoria e prática e que cobra, dos estudantes, uma aprendizagem mecânica e memorística. Em outros termos, como a ausência de formas de ensinar capazes de gerar aprendizagens significativas interfere na qualidade da relação professor-estudante no processo de formação para a docência, aspecto que parece ser decisivo, considerando que a aprendizagem é o que justificaria o encontro entre professor e estudantes (p. 358).

Os autores afirmam que, nas últimas décadas, a relação professor-aluno tem-se tornado mais complexa e tensa, em decorrência da inter-relação de diferentes fenômenos contemporâneos, como o acirramento da desigualdade e da exclusão e de outras questões sociais, em grande parte delas decorrentes, como a violência doméstica e social, a prostituição, o tráfico de drogas. Todos estes problemas da sociedade contemporânea afetam a vida das crianças e jovens e contribuem para consolidar a descrença na escola como meio de ascensão social e, dessa forma, a relação de autoridade-obediência fragiliza-se.

Esse fenômeno é analisado por Oliveira (2011), que o nomeia como crise de legitimidade da escola, do saber escolar e do professor. A autora defende a ideia de que, com a expansão da educação formal, novos segmentos sociais passaram a ter direito à escola, que é atravessada por uma gama de valores, línguas, culturas, que, cada vez mais, buscam a legitimidade. Essa diversidade que invade a escola desafia seus profissionais e questiona o valor de seu saber tradicional.

Essa crise de legitimidade afeta as representações que a sociedade tem dos professores e que eles próprios constroem de si mesmos. Não podemos nos esquecer do que afirma Cunha (2004):

A escola como instituição social determina aos seus próprios integrantes os comportamentos que deles se espera. Por outro lado, como instituição social, ela é determinada pelo conjunto de expectativas que a sociedade faz sobre ela. Este fluxo é que reproduz a ideologia dominante (p. 63).

Outro aspecto das transformações que tem afetado a vida em sociedade e vale a pena ser mencionado é o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, que tem alterado as relações entre as pessoas e o conhecimento, em todas as instâncias sociais, entre elas as educacionais. Nas sociedades contemporâneas, os alunos são atingidos por uma avalanche de informações, por meio da televisão, do rádio, da internet, de uma maneira mais interessante e prazerosa do que a tradicionalmente desenvolvida pela escola. Diante das novas possibilidades de acesso à informação, a instituição escolar não atende mais às necessidades e expectativas reais dos alunos, o que gera falta de interesse pela escola, pelos conteúdos e pela maneira como os docentes organizam suas aulas.

Esse acesso mais fácil e rápido informações contribui para questionar o saber do professor e seu papel como “dono da verdade”. Por outro lado, o professor, muitas vezes, não consegue acompanhar as mudanças provocadas pela difusão destas novas linguagens e tecnologias, se sentindo inseguro em relação ao seu papel, que deveria ser de mediador do processo de questionamento, reflexão e ressignificação dessas informações, de modo a ajudar os alunos a desenvolverem a capacidade de pensar e argumentar demandada pela nova realidade. Isto, também, reduz sua autoridade em relação aos alunos, exaltando as tensões entre esses sujeitos que não mais se reconhecem (SANTOS; SOARES, 2011).

Esperamos que com nossa pesquisa possamos colocar em evidência as percepções sociais de alunos e professores sobre o outro com o horizonte de poder fomentar práticas e outros estudos que visem modificar a suposta atitude negativa para atitudes mais positivas em relação ao outro.

Os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de uma formação do professor do ensino superior, que extrapole a mera competência científica em sua área de atuação e se volte, também, para a formação pedagógica e humana, a fim de que esses docentes possam lidar com seus alunos, deixando marcas positivas em sua história.

Professores *versus* alunos: uma pesquisa exploratória

Visamos apresentar alguns dados de uma pesquisa-piloto, realizada no ano de 2013, com professores e estudantes de graduação da Universidade Federal de Goiás, *campi* Goiânia, que pretende apreender a percepção que estes sujeitos do ensino

superior têm um do outro, para refletir acerca da relação entre eles. Esta pesquisa tem como intuito refletir sobre essa interação para diagnosticar como se dá a percepção social de um grupo sobre o outro, hipotetizando se tais percepções podem influir no processo de aprendizagem e formação.

Pretendemos apresentar a quantificação de algumas respostas iniciais sobre as percepções que cada grupo tem sobre o outro. Analisamos respostas da pesquisa composta por questionários preenchidos por quinze professores e cento e trinta e cinco estudantes de graduação.

Os docentes participantes de nossa pesquisa são em sua maioria professores-doutores, que estavam em estágio probatório e que participavam do Curso de Docência no Ensino Superior oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD da UFG. São professores considerados jovens, recém-contratados e que ainda não haviam completado três anos de serviço na UFG, por mais que parte significativa desse grupo já tenha experiência docente em outras Instituições de Ensino Superior.

Os alunos participantes, em sua grande maioria estão na faixa etária entre dezoito e vinte e quatro anos, de ambos os sexos e estudam em variados cursos, como: Engenharia Florestal, Bacharelado em Educação Física e Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem. Todos os participantes da pesquisa foram convidados a preencher o questionário e aceitaram tomar parte voluntariamente.

Em cada questionário colocamos três questões. No questionário direcionado aos alunos, solicitamos na primeira pergunta que escrevesse três palavras de como percebiam o professor na atualidade; na segunda, propusemos um exercício de imaginação, em que pedimos em três palavras como o aluno imaginava ser visto pelo professor, ou seja, para o aluno colocar-se no lugar do professor e imaginar como este o percebia e; finalmente na última pergunta, como o aluno gostaria de ser visto pelo professor, ou seja qual era o ideal de percepção que o sujeito anseia do outro.

O questionário direcionado aos docentes tinha as mesmas questões direcionadas aos discentes, em que pedimos que o professor escrevesse como percebia o aluno, como imaginava ser percebido pelo aluno e como gostaria de ser percebido.

Em cada uma das questões da pesquisa, cada docente e cada estudante podiam colocar três respostas abertas, de forma que cada pergunta alcançou um repertório de 45 respostas para os docentes e 405 para os alunos.

Procedemos à sistematização dos dados, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977; VÁZQUEZ, 1977). Inicialmente, registramos todas as respostas numa planilha do Excel, constituindo assim as unidades de registro.

A partir do critério de similaridade, agrupamos as unidades de registros em categorias gerais nomeadas por adjetivos. Reunimos as diferentes unidades de registro em três categorias: 1-pessoal, que se refere a atribuições dadas à esfera pessoal do outro; 2-relação professor/aluno, características referentes à relação direta entre os dois e; 3-técnico-pedagógica, referente a atributos respectivos às competências e habilidades profissionais. Para cada uma das três categorias, discriminamos as respostas positivas ou negativas.

Constatamos, a partir da análise das respostas dos questionários, que os professores têm uma percepção social bastante negativa em relação ao aluno. Neles, 70% das respostas são negativas e apenas 30% são positivas. Destas, 20% de respostas positivas encontram-se na categoria técnico-pedagógica; 5% na pessoal e 5% na relação professor-aluno. Já as respostas que atestam a percepção negativa sobre o público discente são a maioria, referem-se a 10%, 55% e 5% nas categorias respectivas.

Constatamos, que há uma percepção muito negativa dos alunos no âmbito das características pessoais: 55% verso 5%, que foi a maior incidência de respostas. No que tange as respostas relativas à categoria técnico-pedagógica, há mais respostas positivas (20%), do que negativas (10%), ou seja, podemos pensar que o aluno é percebido pelo professor como alguém representado com características pessoais negativas, mas que tem tendência para desenvolver as competências e habilidades específicas de sua área de formação.

As respostas obtidas nos questionários O questionário indicou que os alunos imaginam ser percebidos de forma bastante negativa pelo professor, havendo 67% das respostas negativas e apenas 33% das respostas positivas.

refutam nossa hipótese colocada no início do texto, de que o aluno imaginaria ser percebido pelo professor de maneira mais negativa que o professor o percebe, pois as respostas do professor e o imaginário do aluno são muito semelhantes. O dado, em realidade, até nos diz o contrário, há uma tendência de o professor representar o aluno de forma mais negativa do que o aluno imagina ser representado. Por exemplo, comparando a categoria 1, pessoal, nos dois gráficos, vemos 5% de respostas positivas e 55% de respostas negativas do professor em relação à percepção do aluno; enquanto o aluno imagina ser percebido com 13,2% de respostas positivas e 52,77% de respostas

negativas. O aluno imagina ser percebido com mais respostas positivas relativas às suas características pessoais, do que os professores atribuem. Tal como na categoria 3, técnico-pedagógica, o professor atribui 20% de respostas positivas e 10% de respostas negativas e o aluno imagina ser percebido apenas com respostas positivas, 14,59%, e nenhuma negativa.

A análise dos dados referentes a como o aluno representa o professor nos permitiu apreender que há uma mudança nas respostas, em que se evidencia um aumento significativo das respostas positivas. 67% das respostas são positivas e apenas 33% são negativas.

Há um reconhecimento das características técnico-pedagógicas do professor, havendo 36,5% de respostas positivas, contra apenas 10,3% de respostas negativas. No quesito relação professor-aluno, também, há uma atribuição positiva: 15,48% de respostas positivas contra apenas 5,51% de respostas negativas. Apenas no âmbito da categoria pessoal, é que os alunos percebem o professor com características mais negativas, 18,27%, que positivas, 14,11%. Podemos inferir das respostas, que mesmo os alunos atribuindo características pessoais ao professor com tendência a valores negativos, eles reconhecem o valor do professor como profissional.

Outras divergências corroboram com nossa hipótese inicial: a categoria 1, pessoal, segue a mesma correlação, mas na categoria 2, relação professor-aluno, há o imaginário de que os alunos percebem o professor com características muito mais negativas (32%) do que as atribuídas (5,5%). Na categoria 3, técnico-pedagógica, os professores imaginam receber menos atribuições positivas (15%), do que realmente receberam dos alunos (36,5%). O professor imagina ser percebido de uma forma mais negativa (52%) do que a percepção social dos alunos (34%).

Finalmente, no que se refere às respostas de como o professor gostaria de ser percebido pelos estudantes e à forma como o estudante gostaria de ser percebido pelos professores, os dados sistematizados evidenciam que os docentes têm uma expectativa de 100% de respostas positivas, sendo que metade das respostas relativas à categoria relação professor-aluno, 32% relativas à categoria técnico-pedagógica e apenas 18% relativas à categoria pessoal.

Já com relação aos alunos, não há uma totalidade de respostas positivas, há 7,35% de respostas negativas e grande parte das expectativas do aluno é ser melhor percebido por suas características eminentemente pessoais (50,7% das respostas) e

apenas 17,83% por suas características relativas às suas competências e habilidades na área.

Para elucidar as percepções dos alunos e professores em relação a si mesmos, apresentamos a seguir quadros (1 a 6), com os adjetivos que foram organizados a partir da análise de conteúdo dos questionários respondidos pelos professores e alunos, É importante esclarecer, que palavras consideradas pelo grupo como sinônimas foram tabuladas em um único grupo. Por exemplo, quando os alunos identificaram o professor como apoio, modelo e referência, elas foram registradas apenas como referência.

Quadro 1
Como os alunos percebem os professores

Pessoal		Professor Aluno		Técnico/Pedagógico	
<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Alegre	Acomodado	Amigo	Autoritário	Aplicado	Despreparado
Articulado	Soberbo	Atencioso	Exigente	Aprendiz	Desvalorizado
Autônomo	Cansado	Conselheiro		Atualizado	
Determinado	Desmotivado	Prestativo		Bem-sucedido	
Inteligente	Estressado	Ensinador		Competente	
Sábio		Paciente		Conhecedor	
				Criativo	
				Dedicado	
				Essencial	
				Responsável	
				Referencial	

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados obtidos no questionário respondido pelos alunos

Apesar de toda esta crise de legitimidade e de todas as tensões que ela tem produzido nas relações entre professores e alunos, em nossa pesquisa, a maioria das respostas dos alunos demonstrou uma percepção positiva de seus docentes, o que vai a o encontro de resultados de pesquisas anteriores realizadas por teóricos (CUNHA, 2004), que discutem a docência no ensino superior, em que se constatou que o professor deste nível de ensino continua sendo uma referência para o aluno.

Segundo Cunha (2004), assim como os docentes de hoje foram influenciados pela prática pedagógica de seus professores, eles podem, com certeza, influenciar seus alunos. Por isso, o professor universitário precisa ter consciência de que, através da sua

prática docente, estará servindo de modelo. Vale destacar que, muitas vezes, o aluno o tem como referência, sem refletir criticamente sobre a sua prática. Em nossa pesquisa pudemos constatar isso na incidência de adjetivos que qualificavam o professor como: apoio, modelo, referência.

Os alunos enumeraram várias características positivas nos professores no que se refere ao aspecto técnico-pedagógico, afirmando que os percebem como aplicados, atualizados, aprendentes, bem-sucedidos, competentes, criativos, dedicados, responsáveis, dentre outros, que devem contribuir para que os docentes sejam tomados pelos discentes como referência.

A figura do professor foi apontada, também, como mais que um profissional, um amigo, ou seja, alguém com quem se pode ter um relacionamento onde a afetividade e, principalmente, o respeito esteja presente. Os dados obtidos em nossa pesquisa confirmam essa ideia, na medida em que os alunos percebem o professor como: amigo, atencioso, conselheiro, prestativo, ensinador, paciente.

Por outro lado, houve questionários, em que as repostas dos alunos classificavam os docentes como autoritários e arrogantes. No aspecto pessoal, embora tenham aparecido respostas como alegre, articulado, autônomo, determinado, inteligente sábio, muitos alunos percebem os professores como profissionais, cansados, desmotivados e, até mesmo, despreparados e desvalorizados.

Quadro 2

Como os professores percebem os alunos

Pessoal		Professor Aluno		Técnico/Pedagógico	
<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Empolgados	Angustiados	Enfáticos	Sem paciência	Aculturados	Desnorteados
Instintivos	Ansiosos	Interessados	Descompromissados	Antenados	Despreparados
	Conservadores			Conectados	Multitarefa
	Desmotivados			Críticos	Pouco cultos
	Desinteressados			Curiosos	Saturados
	Dispersos			Inteligentes	

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados obtidos no questionário respondido pelos docentes

Quadro 3

Como os alunos imaginam serem vistos pelos professores

Pessoal		Professor Aluno		Técnico/Pedagógico	
<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Atuante	Indisciplinado	Interessado	Irresponsável	Aprendiz	
Capaz	Complicado			Futuro	
Dedicado	Inexperiente				
	Desinteressado				
	Imaturo				

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados obtidos no questionário respondido pelos alunos

Quadro 4

Como os professores imaginam serem vistos pelos alunos

Pessoal		Professor Aluno		Técnico/Pedagógico	
<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Ágil	Cansados	Mito	Adversário	Competente	Atrasado
Esperançoso	Chato	Mestre	Antipático	Critico	Desinformado
Motivado	Desmotivados	Mentor	Autoritário	Culto	Ultrapassado
Simpático	Doidão	Guia	Confuso	Exemplar	
		Facilitador do seu conhecimento			
Esperançoso	Louco	Distante		Preparados	
	Sobrecarregado	Exigente	Duvidoso	Sério	
	Estressado	Amigo	Indiferentes	Trabalhador	
	Resistentes		Rabugento		
	Estrela				

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados obtidos no questionário respondido pelos docentes

Os discentes conseguem perceber as percepções negativas que os professores têm deles. Nossa pesquisa permitiu apreender nas respostas dos professores ao questionário proposto, representações acerca dos alunos marcadas por adjetivos iniciados pelo prefixo “des”, por exemplo: desinteressados, desatentos, descompromissados, entre outros.

Tal fato, com certeza tem repercussões negativas na relação entre docentes e discentes e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem. Nas respostas ao questionário, eles afirmaram desejar que o professor tivesse uma percepção mais positiva deles e os compreendesse com alguém que merece respeito e deve ser visto

como um futuro profissional da mesma área que o professor, como se pode perceber no quadro 3.

Quadro 5

Como os alunos gostariam que os professores os vissem

Pessoal		Professor Aluno		Técnico/Pedagógico	
<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Capaz	Atarefado	Amigo	Injustiçado	Aprendiz	concorrente
Batalhadores	Capitalista	Atenção		Críticos	
Dedicado	Despreparado	Respeito		Criativo	
Sonhador	Cansado	Ser Humano		Futuro	

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados obtidos no questionário respondido pelos alunos

Quadro 6

Como os professores gostariam que os alunos os vissem

Pessoal		Professor Aluno		Técnico/Pedagógico	
<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>	<i>Positivo</i>	<i>Negativo</i>
Comunicativo		Respeito		Pesquisador	
Curioso		Provedor		Intelectual	
Motivado		Potencializador		Competente	
Preocupado		Parceiro		Conhecedor	
		Orientador		Crítico	
		Mestre		Estudioso	
		Interessado		Exemplo	
		Acessível		Responsável	
		Amigo		Referencia	
		Atencioso		Profissional	

Fonte: Quadro elaborado pelos pesquisadores a partir dos dados obtidos no questionário respondido pelos docentes

Considerações finais

Não há como esgotar um assunto de tão grande envergadura, mas é possível demonstrar a necessidade de se enfrentar o desafio de repensar a relação pedagógica. Para tanto, defendemos que a formação para a docência no ensino superior não pode continuar contrariando a unidade teoria-prática, ou seja, é preciso uma qualificação para o exercício docente que ultrapasse o domínio do conhecimento específico na área e se articule com o preparo pedagógico, para superar situações desafiadoras em sala de aula. Partindo da compreensão de universidade como resultado das relações humanas,

destacamos a necessidade se estabelecer uma política de formação continuada para os professores universitários.

A formação do professor para o ensino superior tem enfatizado mais os conhecimentos científicos e tecnológicos, dando pouco destaque às questões pedagógicas e, dentre elas, ao relacionamento interpessoal.

Nas últimas décadas, principalmente, a partir da expansão dos cursos de mestrado e doutorado, a formação do professor universitário se assenta, principalmente, sobre as atividades de pesquisa. Isso nem sempre foi assim, pois, tradicionalmente, o ensino superior no Brasil destina-se, muito mais a formação de profissionais do que à geração de novos conhecimentos. Esta é uma preocupação que tem crescido dos anos 1960 até os nossos dias.

A concepção reducionista de professores como investigadores, muitas vezes, negligencia aspectos relevantes que devem compor a formação docente como a preparação para o ensino e, nesse sentido, para compreender e relacionar-se de forma mais positiva com o aluno.

Este nosso posicionamento não tem como finalidade negar a importância da pesquisa, pelo contrário, a investigação científica deve compor de forma indissociável as atribuições do docente universitário, assim como o ensino e a extensão.

O problema não está na pesquisa, mas concordamos com Cunha (2001), que a questão reside na maneira como o conhecimento é compreendido, no mundo ocidental, quase hegemonicamente assentado no paradigma racionalista da ciência moderna e da razão instrumental, marcado por uma visão mecanicista do mundo, onde predominam a neutralidade e a quantificação.

Esta concepção de ciência e de formação universitária atende às necessidades do modelo empresarial e de mercado que tem buscado conquistar a hegemonia no pensamento educacional. Assim, aparentemente, o processo de construção das cognições culturais elaboradas entre professores e alunos no ensino superior demonstra a necessidade de se refletir sobre a função do professor universitário, não só enquanto pesquisador, mas como um educador em seu sentido ampliado.

Os dados desta pesquisa tem indicado a necessidade de o professor encontrar novas formas de se relacionar com o saber e com os seus alunos, considerando a demanda de constituição de novas cognições culturais na relação entre professores e alunos. Assim, é possível identificar a indicação da necessidade de outros estudos os quais possam analisar melhor: por que os professores têm uma percepção tão negativa

dos alunos? Que fatores contribuem para a constituição do mal estar na interação social entre os professores e os alunos? É importante, ainda, analisar se esta percepção social que prejudica a relação ensino-aprendizagem, compreendendo que esta pesquisa não consegue responder a estes fatores considerados fundamentais na prática pedagógica no ensino superior.

Referências bibliográficas

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. *O Professor Universitário em Aula: Prática e Princípios Teóricos*. 8 ed. São Paulo: MG, 1990.

ÁLVARO, J.L.; GARRIDO, A. *A Psicologia Social: Perspectivas sociológicas e psicológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J. ; MONTEIRO, M. B. (Orgs.), *Psicologia social*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

ARONSON, E.; WILSON, T.D.; AKERT, R.M. *Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2002.

ASCH, S. *Psicologia Social*. São Paulo: Nacional, 1977, 1952.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CUNHA, M. I. da. *O Bom Professor e a sua Prática*. 16 ed. Campinas: Papirus, 2004.

CUNHA, M. I. da. O ensino como mediação da formação do professor universitário. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. 2 ed. Ampl. Brasília: Plano Editora, 2001. p. 79-92.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, P. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais* (Trad. L. M. E. Orth). Petrópolis: Vozes, 2009.

FARR, R. *Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KRÜGER, H. *Introdução à psicologia social*. São Paulo: EPU, 1986.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEONTIEV, Alex N. Uma contribuição á teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, Lev S. et al. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1988.

LIMA, José Gllauco Smith Avelino de; CÂMARA Hylana Maressa de Souza. Apagando as fogueiras das vaidades intelectuais: Reflexões sobre a relação professor-aluno no ensino superior. In: XVIII Semana de Humanidades, 2009, Natal. *Anais ...* Extraído de: <http://www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.2.pdf> Acesso em 13/02/2013.

NOVASKI, Augusto João Crema. Sala de aula: uma aprendizagem do humano. In: MORAIS, Regis de (Org.). *Sala de aula: que espaço é esse?* 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994, p. 11-15.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A nova regulação de forças no interior da escola: carreira, formação e avaliação docente. *RBPAAE*, v.27, n. 1, p. 25-38, jan./abr. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargo. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, A. Conceito de atitude. Em: Rodrigues, A. *Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKI, B. *Psicologia social* (26ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Cenilza Pereira dos; SOARES, Sandra Regina. Aprendizagem e relação professor-aluno na universidade: duas faces da mesma moeda. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 22, n. 49, p. 353-370, maio/ago. 2011. Extraído de <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ea/arquivos/1641/1641.pdf> Acesso em 13/02/2013

SLOAN, T. Cultura, cognição e individualismo psicológico. In: MOREIRA, V.; SLOAN, T. (Orgs.), *Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica*. São Paulo: Escuta, 2002.

VÁZQUEZ, F. *El dispositiu d'anàlisi de dades: l'Anàlisi de contingut temàtic/categorial* (Investigació i Coneixement Psicosocial). Mimeografado, 1997.